



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

**10<sup>a</sup> REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO BANCO DE  
PREÇOS EM SAÚDE (CT/BPS)**

**ATA**

07 de Outubro de 2015, Brasília/DF

---

A reunião teve início com o Coordenador do Banco de Preços em Saúde (BPS), Srº. Marcelo Castro, explicando porque não foi incluído na pauta desta CT o resultado do protótipo de novo relatório com preços regulados da CMED, que foi apresentado na última reunião. Marcelo justificou que, inicialmente, o que seria apresentado em ambiente de desenvolvimento não estaria disponível até a data da reunião, mas por fim a CTIS conseguiu disponibilizar em tempo, então foi feita uma breve apresentação de como está o layout desse relatório.

A apresentação foi feita pelo Srº Álvaro Ribeiro, que explicou que o relatório estará disponível para produção em duas semanas. Ele também explicou os atalhos que serão utilizados pelo sistema no momento da escolha do preço CMED de referência, por exemplo: sempre que for incluída uma compra judicial, o relatório mostrará como parâmetro o PMVG. Informou ainda, que quando não houver um preço de referência da CMED, o sistema irá calcular e mostrar o preço médio.

O Srº. Leandro Safatle, Secretário-Executivo, da Secretaria Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), informou que a partir de novembro desse ano, a ANVISA terá um relatório interno de preço médio praticado para o governo, que será gerado através das informações disponibilizadas à agência pelos fabricantes. A princípio esse não será um dado público.

O Srº. Álvaro Ribeiro seguiu mostrando como será o relatório para consulta dos preços CMED e foi questionado pela analista do BPS, Fabiana, se esse preço não poderia ficar disponibilizado dentro do Relatório Geral, ao lado dos preços máximo e mínimo praticados, em vez de ter um relatório separado específico para isso. Foi explicado que isso só poderá ser feito na medida em que forem sendo inseridas as informações de compras pelos usuários, pois não existe a possibilidade de retroceder as informações para incluir o parâmetro CMED em compras já cadastradas, por conta das



## MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

diferentes apresentações disponíveis para diferentes medicamentos. Seguiu-se a apresentação do novo recurso.

### **1. Apresentação do Manual de Consulta e Análise de Preços utilizando o BPS**

O Srº. Marcelo Castro apresentou a versão final em PDF já concluída pela editora do Manual de Consulta e Análise de Preços utilizando o BPS. Foi mostrada a lista dos representantes da CT que constam como revisores do Manual, conforme estabelecido na última reunião. A lista levou em consideração também a presença dos representantes nas reuniões da CT. Foi levantado pelo diretor substituto do DESID, Srº. Carlos Eduardo, que seria importante verificar quais membros não estão participando das reuniões e entrar em contato para saber o motivo e solicitar, então, uma nova indicação de representante para o órgão.

Inicialmente foram solicitados 2.000 exemplares impressos do Manual, que serão enviados para municípios estratégicos, e a versão digital ficará disponível para download no site do BPS.

### **2. Alimentação do sistema por instituição pública por registro de preço pelo maior desconto da tabela CMED**

A Srª. Mariana Ramos, servidora do DESID, fez uma apresentação para ilustrar um caso que ocorreu recentemente no BPS: uma instituição do Paraná fez suas compras de medicamentos utilizando como critério o maior desconto obtido em lotes de itens da tabela CMED. Essa instituição entrou em contato com a equipe BPS para saber como deveria cadastrar essa Ata de Registro no sistema, tendo em vista que eles não sabiam a priori quais itens serão adquiridos e o município precisava responder a ofício sobre alimentação do BPS.

Foi mostrado todo o processo de compra e seguiu-se uma discussão sobre o tema.

O Srº. Leandro Safatle, representante da CMED, disse que a ANVISA vem fazendo treinamentos nos municípios para explicar sobre os preços CMED, bem como acerca dos processos de compras públicas de medicamentos e itens para a saúde. Inclusive na próxima semana ele estará no Paraná para um desses treinamentos e se



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO**  
**COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE**

comprometeu a usar esse caso como exemplo, sem citar instituição nem município, apenas para evidenciar a forma equivocada de se comprar.

Foi sugerido pela Sr<sup>a</sup>. Blenda Leite, representante do CONASEMS, que o BPS elaborasse uma nota de orientação para esclarecer aos municípios sobre essa prática equivocada de aquisição de medicamentos.

O Sr<sup>o</sup>. Carlos Eduardo, Diretor do DESID, concordou que poderia ser feita essa nota, porém, a equipe não deve entrar no mérito se esse tipo de compra é legal ou não, pois não cabe ao BPS fazer esse tipo de julgamento. A responsabilidade do BPS é informar aos usuários a forma correta de inserção das compras no sistema, que no caso, deve ser feito pelo valor e quantidade total negociado e não pelas notas fiscais.

Foi sugerido pela Sr<sup>a</sup>. Carla Tardivo, assessora jurídica do DESID, que o BPS inserisse em seu site um “perguntas e respostas” sobre modalidades de compra e boas práticas. O Sr<sup>o</sup>. Vinícius, representante do TCU, destacou que o BPS deve ter muita cautela ao decidir fazer esse documento de “perguntas e respostas”, pois envolve legislação e deve estar muito bem embasado.

### **3. Solução para a alimentação do sistema BPS por instituições vinculadas a consórcios públicos e caronas**

O Sr. Fábio Guedes, analista do BPS, explicou que a equipe vem recebendo muitas ligações de usuários com dúvidas na utilização do BPS por pegarem carona em outras atas ou por participarem de consórcios. Os usuários ligam preocupados, pois não tem como comprovar a alimentação do sistema, uma vez que não são eles os adquirentes.

Seguiu-se uma discussão de todo o grupo sobre possibilidades de adaptar o sistema BPS para que os consórcios, ou os donos das atas nas quais os municípios pegaram carona, possam informar quais municípios estão contemplados em suas compras.

O Sr<sup>o</sup>. Carlos Eduardo, Diretor do DESID, frisou que devemos pensar bem sobre isso, pois o objetivo do sistema BPS não é servir aos órgãos de controle, mas sim ser



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

uma ferramenta de gestão para as instituições compradoras, portanto, essa questão só deve alterar o sistema BPS se for trazer alguma melhoria para os usuários.

**Informes gerais:**

1. Informe sobre acordão 6674/2015-TCU

Foi explicado pela Srª. Carla Tardivo que a antiga e a atual secretárias executivas do Ministério da Saúde foram multadas pelo TCU via acordão 6674/2015-TCU, que referencia outro acordão de 2009. De acordo com os documentos, o Ministério da Saúde teria um prazo para elaborar um plano de ação para transformar o BPS em um sistema obrigatório, considerando, para isso, a NOAS de 2002, que já não está mais vigente desde 2006.

O Srº. Vinícius, representante do TCU, disse que soube desse acordão pela pauta da Câmara Técnica e que não teve tempo de falar conversar internamento sobre o assunto. Porém, se comprometeu a levar a discussão a outras instâncias no âmbito do TCU e se manifestar futuramente sobre o assunto aos membros da Câmara Técnica.

2. Situação da interoperação entre o sistema BPS e outros sistemas de registro de compras públicas de medicamentos e produtos para a saúde. Estado da arte em São Paulo e Belo Horizonte. Tratativas com outros municípios

O Srº. Marcelo Castro informou que as interoperações ficaram suspensas por um tempo por conta da fila de demandas do DATASUS, mas que as conversas com SP, MG e SC estão avançadas e logo o BPS retomará essa questão.

O Srº. Carlos Eduardo reforçou que o BPS tem como meta, inclusa no planejamento do BPS, realizar pelo menos uma interoperação por região nos próximos 2 anos.

3. Reformulação da área de treinamento do portal do sistema BPS com inclusão de nova vídeo-aula sobre inserção de compras



**MINISTÉRIO DA SAÚDE**

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ECONOMIA DA SAÚDE

Foi informado que a equipe BPS gravou um novo vídeo de treinamento, o qual está disponível no portal do BPS com o objetivo de facilitar o entendimento dos usuários na utilização do sistema.

**4. Elaboração de Manual de inserção de itens no sistema BPS**

Foi informado que a equipe BPS está elaborando um novo manual cujo objetivo é ensinar os usuários a inserir suas compras no sistema.

**5. Indicadores – Painel elaborado pela equipe.**

O Srº. Marcelo Castro apresentou os indicadores de produção do BPS com destaque para o incremento exponencial dos dados de alimentação a partir do segundo semestre de 2014. Foi destacado que o número de compras cadastradas desde 2014 até setembro de 2015 superou o total de compras cadastradas no período inteiro de 2009 a 2013.

Por fim, foram definidas as datas das reuniões da CT para o ano de 2015, que serão: 08 de março; 14 de junho; 13 de setembro e 08 de novembro.